

José Eduardo é relator da comissão que analisa abolição do voto secreto



A Câmara dos Deputados instalou a comissão que analisará o fim do voto secreto em todas as decisões do Congresso, e o deputado José Eduardo Cardozo foi escolhido relator. Atualmente, o regimento prevê o voto secreto em algumas decisões, como a escolha dos membros da Mesa Diretora.

A briga de José Eduardo pelo fim do voto secreto começou na Câmara Municipal de São Paulo. Depois, virou bandeira de sua campanha para deputado. Para ele, o eleitor tem o direito de saber como votou seu representante. "Um parlamentar que se esconde atrás do voto não merece ser parlamentar."

pág. 4

Deputado José Eduardo Cardozo

Na Europa, licitações e combate à corrupção em debate

pág. 4

Evento discute políticas públicas para pessoas com deficiência

Em debate realizado em São Paulo, o deputado José Eduardo discutiu formas de mobilizar e sensibilizar as pessoas com deficiência e propostas de elaboração de políticas públicas para essa população. Participaram das discussões a socióloga Maria Aparecida de Carvalho e representantes de entidades ligadas à causa.

pág. 3

Sistema político não precisa de ampla reforma, defende cientista

O professor Cláudio Couto, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), que participou do debate sobre Reforma Política com o deputado José Eduardo, defende um aperfeiçoamento do sistema político brasileiro - e não uma ampla reforma. Em entrevista, ele destacou o financiamento de campanha como ponto positivo.

pág. 3

DESTAQUE

Deputado é condecorado com Ordem de Mérito no Tribunal Superior do Trabalho

pág. 4

A Reforma Política na construção da cidadania

Editorial

Cidadania significa ter e exercer direitos civis - direito à vida, à liberdade, à propriedade e à igualdade perante a lei - e direitos políticos - participar das decisões da sociedade, votar e ser votado. Mas a plenitude só será conquistada com a agregação dos direitos sociais, como educação, trabalho, saúde e moradia. É assim que medimos o amadurecimento da democracia e o grau de participação do cidadão na vida política, na medida em que não só exercita os seus direitos, mas também os seus deveres.

Ao lado das concepções teóricas, devemos prever mecanismos que assegurem a realização de ações responsáveis pela extensão da cidadania a todos. Estamos vivenciando a construção de nosso regime democrático e, de maneira perceptível, vamos ampliando nossa consciência cidadã.

Eleger Lula foi um avanço considerável. Essa eleição também é consequência da formação de um partido que nasceu da mobilização da classe trabalhadora e foi construído coletivamente, contribuindo para o fortalecimento dos espaços de participação democrática. Porém, a forma como está organizada a maioria dos partidos, como acontecem as eleições e,

especialmente, como elas são financiadas faz perpetuar o clientelismo. Assim, mesmo governos populares e progressistas se vêem, muitas vezes, à mercê dos interesses nascidos no âmbito de suas campanhas, pois o financiamento privado cobra caro a sua fatura, tornando públicos interesses puramente privados.

É neste contexto que foi apresentado o Projeto de Reforma

A forma como está organizada a maioria dos partidos, como acontecem as eleições e, especialmente, como elas são financiadas faz perpetuar o clientelismo

Política, nascido de uma ampla discussão promovida pela Comissão Especial, formada na Câmara dos Deputados, e que durante meses ouviu vários setores da sociedade civil e da classe política.

Os instrumentos de controle social estarão favorecidos, pois o Projeto de Lei nº 2.679/03, que tramita no Congresso Nacional, cria mecanismos de controle e transparência, além de fortalecer os partidos políticos, diminuindo o personalismo, especialmente, nas campanhas proporcionais.

Precisamos fazer uma mobilização em torno do projeto, que também propõe a lista fechada e o financiamento público de campanha. Estes instrumentos, aliados a um seguro processo de conquistas no campo da cidadania, reforçam a autonomia e a organização partidária e promovem a transparência do processo eleitoral. Com instrumentos adequados, cidadãos poderão fiscalizar financeiramente as campanhas eleitorais e ter a certeza de que seus mandatários não trocarão indiscriminadamente de partido durante um prazo considerado razoável.

Ao estabelecer o financiamento público de campanha, o projeto afasta a possibilidade de captação de recursos na iniciativa privada, inibe desvios, promove campanhas mais igualitárias financeiramente e menos espetaculosas. Nessas eleições, por exemplos, importantes candidatos não foram eleitos por falta de recursos.

Convidamos todos a participar de uma efetiva mobilização em torno da proposta de Reforma Política. Nós propomos que sejam construídos espaços coletivos de discussão para promover a superação de obstáculos que impedem a consolidação do verdadeiro debate em torno das políticas públicas.

Fórum debate projeto que regulamenta setor de seguros

Mais de 50 especialistas do Brasil, França, Itália, Bélgica, Espanha e Argentina participaram de 13 a 16 de setembro do IV Fórum de Direito do Seguro José Sollero Filho, no Memorial JK, em

Brasília. Durante uma semana, eles discutiram o Projeto de Lei 3.555/04, de autoria do deputado José Eduardo Cardozo, que regulamenta o setor de seguros no Brasil.

Para José Eduardo, a necessidade de regras claras para o setor é urgente. "Há uma grande lacuna e o país precisa ter uma lei

eficiente que regulamente o setor, que contrata milhares de pessoas e movimenta bilhões de reais."

José Eduardo alerta que não se pode apenas copiar leis já existentes em outros países. "Examinar experiências é bom, mas é necessário criar um projeto a partir da realidade brasileira. O texto é inovador e está aberto para a discussão e melhoria. A aprovação desta lei é importante para o Brasil."

Após apreciação e votação nas comissões designadas, o projeto seguirá para o Plenário da Câmara.

"Pela primeira vez em sua história, o Brasil hoje discute um projeto de lei sobre contrato de seguro, matéria de grande relevância social na qual a lei brasileira é bastante atrasada, o que acaba prejudicando o desenvolvimento das empresas e a proteção da coletividade de consumidores."

Ernesto Tzirulnik
presidente do Instituto Brasileiro de
Direito do Seguro



Evento coloca em discussão políticas públicas para pessoas com deficiência

“A discussão é importante para que o Legislativo e o Executivo possam trabalhar integrados com as organizações sociais. Normalmente as ações são isoladas, e o ideal é que tenhamos um plano conjunto. A mobilização é fundamental em um segmento tão marginalizado”

*Elyria Crédito,
da Secretaria Municipal de Administração Social*

Como mobilizar as pessoas com deficiência e criar projetos que beneficiem essa população? Esse foi o centro da discussão que reuniu o deputado José Eduardo Cardoso, a socióloga Maria Aparecida de Carvalho e representantes de duas entidades ligadas à causa - Carla Mauch, do Instituto Paradigma, e Ana Maria Barbosa, da Rede Saci. O seminário aconteceu em 27 de agosto, no Museu de Arte Contemporânea, em São Paulo.

“As pessoas com deficiência sofrem tanto preconceito que não saem nem de casa para discutir as políticas de seus interesses. Como vereador, apresentei um projeto que garantia o acesso a cargos públicos. Infelizmente, nunca conseguimos mobilização capaz de aprová-lo”

*José Eduardo Cardoso,
deputado federal*



Carla, José Eduardo, Ana Maria e Maria Aparecida

Para Ana Maria, o maior desafio é inserir as pessoas com deficiência nas políticas macro e não se debruçar apenas sobre legislações específicas para essa população. Ela cita como exemplo o programa Primeiro Emprego, que prioriza as pessoas com deficiência. “Em contrapartida, ficamos de fora da questão da cota universitária.”

No seminário, os palestrantes e o público discutiram como mobilizar as pessoas com deficiência, trazendo-as para o centro do debate. “Temos de fazer um trabalho de base. Não podemos falar por eles, temos de ouvi-los”, disse Carla.

Reforma política em questão

Reforma A reforma do sistema político brasileiro foi o assunto do seminário que reuniu o deputado José Eduardo Cardoso e o cientista político Cláudio Couto, professor da PUC-SP, em 8 de agosto, em São Paulo. Na entrevista a seguir, Couto fala sobre a reforma e o texto que tramita no Congresso.

O sistema político brasileiro precisa ser reformado?

Cláudio Couto - Acho que precisa sofrer aperfeiçoamentos, não que exija necessariamente de uma ampla reforma.

Na sua avaliação, o texto que tramita no Congresso vai melhorar

o sistema político-partidário existente no país?

Couto - Ele aponta para uma série de melhorias. Algumas propostas simplesmente não vão passar, como, por exemplo, a lista fechada. O texto é positivo sobretudo quando diz respeito ao financiamento de campanha, embora acredito que proibir todo financiamento seja excessivo.

Quais os principais problemas e vantagens do projeto?

Couto - Não vejo tantos problemas, mas acho que algumas propostas não são concretizáveis. Concordo com a exigência para que os partidos tornem públicas suas convenções e dêem maior

divulgação à maneira como vão escolher seus candidatos. Parece-me que a tentativa de alguma regulamentação do sistema de financiamento também é saudável.



Couto, a mediadora e José Eduardo

José Eduardo é relator da comissão que analisa fim do voto secreto

O eleitor tem ou não o direito de saber qual foi o voto de seu parlamentar ao longo de todo o mandato? A questão está colocada na Câmara dos Deputados, onde foi instalada a comissão temporária que analisará a Proposta de Emenda à Constituição nº 349-A, de 2001, que altera a redação de quatro artigos da Constituição, abolindo o voto secreto em todas as decisões do Congresso. O deputado José Eduardo Cardozo foi escolhido relator da comissão.

Atualmente, o voto dos parlamentares é mantido sob sigilo em algumas decisões, como na escolha dos membros da Mesa Diretora ou na derrubada de veto presidencial. José Eduardo é um dos parlamentares que defendem a

abolição do voto secreto em todas as decisões tomadas no Brasil - das Câmaras Municipais, passando pelas Assembléias Legislativas e chegando à Câmara Federal e ao Senado. Quando era presidente da Câmara Municipal de São Paulo, José Eduardo propôs o fim do voto secreto na Casa. A decisão foi aprovada e virou bandeira da campanha do agora deputado federal.

Para José Eduardo, o voto secreto é correto para o cidadão, para evitar que ele sofra pressão para votar em determinado candidato. "Já o voto do parlamentar não é um voto dele, mas sim em nome de outras pessoas. E é descabido que os eleitores não possam saber como votou o seu representante", explica. Além disso, afirma, o

parlamentar tem garantias e imunidades, exatamente para que não se sinta pressionado. "Um parlamentar que acha necessário se esconder atrás do voto não merece ser parlamentar."

Agora, José Eduardo pretende chamar a sociedade civil organizada para a discussão. "Temos a clareza de que, se a população não se envolver, é possível que não consigamos convencer os parlamentares da necessidade de aprovação da medida", afirma. Para isso, o relator da comissão quer aproveitar o período eleitoral, de natural esvaziamento da Câmara Federal, para debater o assunto com cientistas políticos, entidades ligadas aos trabalhadores e aos empresários e outros.

Homenagem no Tribunal Superior do Trabalho

O deputado federal José Eduardo Cardozo recebeu em 11 de agosto, no Tribunal Superior do Trabalho, em Brasília, a Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho. Criada há 34 anos, a condecoração homenageia pessoas ou instituições que se destacaram ou prestaram importantes serviços.

A Ordem do Mérito do Judiciário do Trabalho recebida pelo deputado é de terceiro grau, chamada de Grande Oficial, destinada ministros dos tribunais superiores, parlamentares e gerais de divisão.

Além do deputado, foram



Os ministros do STJ Joaquim Barbosa (à esq.) e Carlos Britto (à dir.) com José Eduardo

agraciados ministros de Estado e do Supremo Tribunal Federal, deputados, senadores e integrantes do Poder Judiciário, do Ministério Público e da advocacia.

Deputado discute combate à corrupção e licitações na Europa

Durante o recesso de julho, José Eduardo Cardozo esteve na Europa, onde discutiu a Lei de Licitações e o combate à corrupção. No Departamento para o Desenvolvimento Internacional do governo britânico, o deputado participou de um workshop sobre corrupção. Para ele, a lei das licitações é rigorosa contra a corrupção. "O problema não é a legislação, mas sim a aplicação das leis", disse. Na Espanha, representou o PT no 36º Congresso Federal do Partido Socialista Operário Espanhol e, na Itália, se reuniu com membros da Democratici Di Sinistra.

Gabinete do deputado federal José Eduardo Cardozo (PT-SP)
Câmara Federal - Anexo III - Gabinete 381
CEP: 70160-900 - Brasília - DF
Tels.: (61) 215-3381/ 215-5381
Fax: (61) 215-2381

Escritório político
Rua dos Franceses, 258 - Morro dos Ingleses
CEP: 01329-010 - São Paulo - SP
Tels.: (11) 3263-1223/ 3262-4867/ 3266-3197

dep.joseeduardocardozo@camara.gov.br
www.joseeduardocardozo.com.br

Produção:
Entrelinhas Comunicação Ltda.
Tel.: (11) 3101-8177
Fax: (11) 3106-3746

Jonalista responsável:
Bia Reis - MTB nº 29.376

